

Repositório ISCTE-IUL

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2019-02-19

Deposited version:

Publisher Version

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Carvalho, L. C. & Paiva, I. S. (2018). Práticas contabilísticas e de gestão no terceiro setor: um estudo aplicado a quatro regiões de Angola. In XXVIII Jornadas Luso-Espanholas de Gestão Científica: Interioridade e competitividade: desafios globais da Gestão. Guarda

Further information on publisher's website:

http://www.xxviii JornadasLusoEspanholas2018.ipg.pt/?page_id=131&lang=pt

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Carvalho, L. C. & Paiva, I. S. (2018). Práticas contabilísticas e de gestão no terceiro setor: um estudo aplicado a quatro regiões de Angola. In XXVIII Jornadas Luso-Espanholas de Gestão Científica: Interioridade e competitividade: desafios globais da Gestão. Guarda. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

PRÁTICAS CONTABILÍSTICAS E DE GESTÃO NO TERCEIRO SETOR: UM ESTUDO APLICADO A QUATRO REGIÕES DE ANGOLA

ACCOUNTING AND MANAGEMENT PRACTICES IN THE THIRD SECTOR: A STUDY APPLIED TO FOUR REGIONS IN ANGOLA

Lúisa Cagica Carvalho

LuisaM.Carvalho@uab.pt

Universidade Aberta e CEFAGE-Universidade de Évora

Rua Bramcaamp, n.º 90, piso 5, 1250-052 Lisboa, Portugal

E-mail: luisam.carvalho@uab.pt

Inna Sousa Paiva

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL)

Avenida das Forças Armadas, 1649-026, Lisboa, Portugal

E-mail: Inna_Paiva@iscte.pt

RESUMO:

Este estudo pretende analisar a relação entre as práticas contabilísticas e de gestão nas organizações do terceiro setor em Angola atendendo às diferenças regionais. Para este efeito, foram recolhidos dados primários através de um inquérito por questionário, realizado a organizações de terceiro setor, nas províncias de Huíla, Benguela, Huambo e Namibe. Os resultados do estudo identificam a relação entre o tipo de organização e a origem dos recursos obtidos, a divulgação das demonstrações financeiras, a utilização dos planos operacionais, e a utilização de orçamentos, mostrando algumas particularidades a nível regional. Este estudo exploratório pretende dar um contributo para investigação sobre contabilidade e gestão no terceiro setor numa perspetiva de desenvolvimento regional, na medida em que é pioneiro na análise da influência simultânea das características contabilísticas e de gestão nas quatro regiões de Angola estudadas.

PALAVRAS-CHAVE: Angola, Contabilidade, Gestão, Regiões, Terceiro setor

ABSTRACT:

This study seeks to analyse the relationship between accounting and management practices in organisations in the third sector in Angola, taking their regional differences into account. To this end, primary data were collected using a questionnaire survey conducted in third sector organisations in the provinces of Huíla, Benguela, Huambo and Namibe. The results of the study identify a relationship between the type of organisation and the origin of the resources obtained, the disclosure of financial statements, the use of operational plans, and the use of budgets. This exploratory study contributes to research on accounting and management in the third sector insofar as it is a pioneer in the analysis of the simultaneous influence of accounting and management characteristics in the four studied regions in Angola.

KEY WORDS: Angola, Accounting, Management, Regions, Third sector

1. INTRODUÇÃO

As grandes e rápidas mudanças que as sociedades têm sofrido tanto a nível económico, social, político, e, assim como, a nível cultural têm afetado os indivíduos e as organizações. Uma das consequências das transformações económicas tem sido a de expandir o setor informal da economia e, por sua vez, as atividades do terceiro setor. Nos últimos anos, os estudos empíricos têm-se debruçado sobre a importância de gestão e de contabilidade do terceiro setor (Sinclair & Bolt, 2013; Lee, 2004; McCarthy, 2007). Também se aprofundaram novas perspectivas das organizações do terceiro setor que, para fazerem face às mudanças, são desafiadas a aperfeiçoarem as práticas contabilísticas e de gestão (Parker, 2007; Taylor & Taylor, 2014).

Angola tem sido apresentado como um caso especial em termos de estabilização macroeconómica e crescimento da economia, a partir de 2002. Difusão do crescimento económico é, neste momento, grande desafio. As assimetrias regionais são relevantes, provocando uma estratificação social indecente e imoral ao relegar para planos secundários e terciários de consideração social e condições económicas de vida difícil da população (World Bank, 2010). É fundamental imaginar e aplicar um sistema que torne Angola num país onde as dissemelhanças regionais se confinem às vantagens comparativas de cada província, às diferenças culturais e históricas e aos acidentes geográficos. A atuação das organizações do terceiro setor é fundamental para o contínuo desenvolvimento das regiões de Angola.

A profissionalização da gestão e a preparação adequada da informação contida nas demonstrações financeiras são instrumentos essenciais para promover o crescimento do mercado de capitais, facilitar o acesso ao financiamento para as empresas locais e promover um melhor clima de negócios tendo em vista a integração das empresas locais na economia (Rees, 1983; Parker, 2007). Os utilizadores da informação financeira estão interessados em saber como, e, em que projetos são aplicados os recursos que doam às organizações. A elaboração das demonstrações financeiras é necessária para manter a confiança de que os recursos que são atribuídos às organizações estão a ser utilizados de forma clara e desenvolvem atividades que contribuem para o bem-estar da sociedade (Samkin, & Schneider, 2010)

O objetivo deste estudo é analisar a relação entre as práticas contabilísticas e de gestão nas organizações do terceiro setor em Angola atendendo às diferenças regionais. Para esse efeito, analisam-se os resultados primários recolhidos através de um inquérito por questionário realizado entre os anos de 2015 e 2016. Foram obtidos dados para 63 organizações do terceiro setor em Angola. O estudo estabelece uma relação entre o tipo de organização e as diferentes práticas contabilísticas e de gestão, tendo por base contextos socio-territoriais das quatro províncias de Angola estudadas. Os dados recolhidos foram tratados estatisticamente através de técnicas de análise de dados de estatística descritiva e inferencial.

Os resultados do estudo identificam uma relação significativa entre o tipo de organização e a utilização dos orçamentos contabilísticos, a utilização dos planos operacionais, a elaboração das demonstrações financeiras e o tipo de financiamento obtido. Adicionalmente, os resultados demonstram que a maior parte das organizações reconhece a importância da contabilidade e a relevância de efetuar a escrituração contabilística das suas transações, bem como a importância da divulgação da informação financeira às partes interessadas. Este estudo tem um carácter exploratório e pioneiro, uma vez que são escassas as investigações aplicadas em termos regionais no contexto africano.

O artigo é composto por cinco partes. Após uma breve introdução, na segunda parte apresenta-se o conceito de terceiro setor, as tipologias e o perfil do terceiro setor em Angola, bem como, a sua relação com as práticas contabilísticas e de gestão. Na terceira parte são enquadradas as questões metodológicas. Na quarta parte, apresentam-se e discutem-se os resultados obtidos. A última parte do estudo apresentam-se as conclusões e as perspectivas para as futuras investigações.

2. TERCEIRO SETOR E PRÁTICAS CONTABILÍSTICAS E DE GESTÃO

2.1. CONCEITO DO TERCEIRO SETOR

A atividade económica encontra-se dividida por setores, os quais são conhecidos como primeiro, segundo e terceiro setor. A literatura refere que o primeiro setor é caracterizado pelo setor público, enquanto que o segundo setor é formado por empresas com fins lucrativos, onde os sócios ou acionistas investem recursos e em contrapartida esperam retornos financeiros. Posteriormente, surgiu o terceiro setor, composta por entidades sem fins lucrativos. Isto implica dizer que o primeiro setor é composto pelo poder público, o segundo é composto pelo setor privado e possui a finalidade de auferir lucros e, por fim, o

terceiro setor, que também é composto pelo setor privado e não tem por meta a obtenção de lucro (Albuquerque, 2006).

O terceiro setor surgiu devido a várias razões, embora as mais importantes retratadas na literatura tendam a ser a deficiência de mercado e do governo na prestação de certos bens e serviços aos cidadãos, o surgimento do pluralismo e da liberdade individual nas sociedades modernas, e o aumento das pressões sobre a solidariedade entre as pessoas. Sobre a necessidade do surgimento do terceiro setor, os autores Voese e Reptczuk (2011, 32-33) referem que: “as organizações do Terceiro Setor surgem por meio de movimentos mundiais cujo objetivo era suprir certa deficiência nas áreas de educação, saúde, cultura e meio ambiente, em função de o Governo apresentar dificuldade de controlar sozinho por toda a demanda da sociedade”.

Não existe na literatura o consenso sobre a definição do terceiro setor, mas sim, designações que refletem a tendência histórica e institucional de afirmação do setor nas últimas décadas. Quintão (2004:2) define o terceiro setor como “o conjunto de organizações muito diversificadas entre si, que representam formas de organização de atividades de produção e distribuição de bens e prestação de serviços, distintas dos dois agentes económicos – os poderes públicos e as empresas privadas com fins lucrativos –, designados frequentemente e de forma simplificada, por Estado e Mercado.”

A multiplicidade de termos utilizados para denominar estas organizações - terceiro setor, economia social, terceiro sistema, setor não lucrativo - reflete não só a grande variedade de formas que assumem face a diferentes contextos históricos e sociais, como também as posições assumidas pelos diversos atores e grupos sociais englobados. As organizações do terceiro setor assumem as características que variam de acordo com o ambiente político, social e económico em que operam, e isto difere de país para país, e possuem aspetos particulares que as diferenciam das entidades dos demais setores (Salamon & Anheier 1997; Taylor & Taylor, 2014).

De acordo com Salamon e Anheier (1997), as organizações que fazem parte deste setor apresentam, as cinco principais características: (i) Estruturadas: as organizações do terceiro setor seguem certas formalidades e regras. Por este motivo são excluídas todas aquelas que não possuem uma estrutura interna formal; (ii) Privadas: apesar destas instituições poderem receber recursos do Estado, elas são privadas e institucionalmente não estão ligadas ao estado; (iii) Não distribuição de lucros: Contrariamente às empresas do setor lucrativo que faz a distribuição dos lucros aos seus acionistas, as organizações do terceiro setor não podem fazer a distribuição do lucro gerado aos proprietários e nem aqueles que dirigem a instituição. Os lucros são utilizados para o cumprimento da missão da organização; (iv) Autónomas: As organizações do terceiro setor têm autonomia de gestão, por este motivo não precisam que entidades externas interfiram na gestão das mesmas; (v) Voluntariado: estas organizações são caracterizadas por possuírem um grande número de voluntários, isto é, mão-de-obra não remunerada, sendo que esta varia de organização para organização e de acordo com a atividade que a organização desenvolve.

2.2. TIPOLOGIAS DAS ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR

A definição e delimitação dos tipos de organizações que compõem o terceiro setor é tanto inconclusiva como desafiadora, mas em termos gerais, engloba as empresas sociais e as organizações sem fins lucrativos com agrupamentos distintos. Podemos encontrar as diferentes tipologias de organizações do terceiro setor, nomeadamente associações, cooperativas, fundações, instituições particulares de solidariedade social e organizações não governamentais.

Associações são as organizações do terceiro setor com maior heterogeneidade, tendo-se assistido ao nascimento de novas áreas de intervenção, como a defesa dos direitos da mulher, do ambiente, do consumo, dos imigrantes, entre muitas outras, a par de formas de organização mais tradicionais como as associações desportivas e recreativas, as associações de bombeiros voluntários e muitas outras (Quintão, 2011:13). Uma associação diz respeito a uma pessoa coletiva composta por pessoas singulares ou coletivas sem finalidades lucrativas agrupadas em torno de objetivos e necessidades comuns.

Uma cooperativa é uma associação autónoma de indivíduos que se unem de forma voluntária e livre para saciar aspirações e necessidades económicas, sociais e culturais comuns por via de uma empresa de propriedade comum gerida de forma democrática. De outro modo, as cooperativas dizem respeito a pessoas coletivas autónomas, de livre constituição, de capital e composição variáveis e que através da

cooperação dos membros que visam, sem fins lucrativos, a satisfação das necessidades económicas, sociais ou culturais (Andrade & Franco, 2007). As cooperativas podem desenvolver qualquer tipo de serviço, operação ou atividade são então doze os ramos cooperativos: agrícola, artesanato, comercialização, consumo, crédito, cultura, ensino, habitação e construção, pescas, produção operária, serviços e solidariedade social.

Como organizações do terceiro setor, as fundações são um fenómeno relativamente recente comparativamente com as associações e cooperativas. Uma fundação está “dotada de um património suficiente e irrevogavelmente afeto à prossecução de um fim de interesse social, sendo considerados fins de interesse social aqueles que se traduzem no benefício de uma ou mais categorias de pessoas distintas do fundador, seus parentes e afins, ou de pessoas ou entidades a ele ligadas por relações de amizade ou de negócios.”

As Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) são organizações constituídas sem finalidade lucrativa, “por iniciativa de particulares, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e de justiça entre os indivíduos e desde que não sejam administradas pelo Estado ou por um corpo autárquico” (Andrade & Franco, 2007). As IPSS podem assumir várias formas jurídicas, tais como, associações de solidariedade social, associações de voluntários de ação social, associações de socorros, fundações de solidariedade social e as irmandades da misericórdia.

As organizações não governamentais (ONG) são instituições da sociedade civil constituídas por pessoas singulares ou coletivas de direito privado sem fins lucrativos que têm como áreas fundamentais de intervenção a cooperação e a educação para o desenvolvimento, e ajuda humanitária. De uma forma mais específica as áreas de intervenção destas organizações passam pelo: ensino, educação e cultura; assistência científica e técnica; saúde, incluindo assistência médica, medicamentosa e alimentar; emprego e formação profissional; proteção e defesa do ambiente; integração social e comunitária; desenvolvimento rural.

2.3. TERCEIRO SETOR EM ANGOLA E PRÁTICAS CONTABILÍSTICAS E DE GESTÃO

Uma vez que este estudo se desenvolve no contexto de regiões angolanas, considera-se pertinente apresentar algumas considerações relativamente ao terceiro setor neste território.

Em Angola, o terceiro setor começou a ser visualizado na década de 70, figurado nas Santas Casas de Misericórdia, assim como em outras ONGs que foram surgindo de acordo com os movimentos sociais que iam eclodindo em cada região do país. Para fazer face às dificuldades em que se encontrava, no plano social, o governo permitiu a intervenção de outros intervenientes sociais como foi o caso das ONG, sendo que as primeiras a intervirem no país foram as estrangeiras, oriundas de países ocidentais mas que regra geral tinham uma ligação com os movimentos da mesma família ideológica adotada pelo regime angolano. Com isso a cidadania passa a desdobrar-se abertamente para o campo da solidariedade social, e nesta altura surgem as primeiras organizações não governamentais angolanas. É neste contexto que nasce a Ação Angolana para o Desenvolvimento e a Ação para o Desenvolvimento Rural e o Ambiente que desempenham um papel importante em programas de desenvolvimento sustentado junto das comunidades.

As organizações do terceiro setor são importantes na sociedade angolana, assim como em todas as sociedades, porque estas podem desempenhar um papel central na monitorização da preparação e execução de políticas orçamentais e isto pode contribuir para reforçar a transparência, a responsabilidade de prestação de contas e eficiência na gestão das finanças públicas (Jensen & Paulo, 2011). Em Angola, cerca de 70% da população vive no limiar da pobreza e as organizações do terceiro setor acabam por ter um papel preponderante no combate à pobreza, intervindo de uma forma melhor na saúde, na educação, na produção, nos direitos humanos, e na cidadania.

Apesar de estar direcionado para vertente social, o terceiro setor tem claramente um processo económico que precisa e deve ser controlado e divulgado aos utilizadores. As entidades que integram o terceiro setor respondem às finalidades de interesse geral que transcendem a atividade e a venda de produtos ou prestação de serviços. A apresentação das demonstrações financeiras é necessária para manter a confiança de que os recursos públicos estão sendo usados de forma honesta e nas atividades que contribuem para o bem público (Milbourne & Cushman, 2012).

No intuito de promover a confiança entre todas as partes interessadas, a transparência não deve servir apenas para informar, mas deve fazer parte das boas práticas da entidade, reconhecendo que uma boa comunicação interna e externa exige um compromisso de toda a direção da organização. Essa prática não deve restringe-se apenas às informações financeiras obrigatórias, mas deve-se ter em conta também as informações voluntárias de diferentes naturezas que possam reduzir as assimetrias existentes entre vários utilizadores da informação financeira.

Os gestores devem apresentar contas da sua atuação a quem os elegeram e devem responder integralmente por todos os atos que praticarem no período do relato dos seus mandatos. Tanto os gestores como os responsáveis pela condução da entidade, assim como os membros representativos da organização do terceiro setor, devem responder e fornecer todas as informações procuradas pelas partes interessadas sejam elas Governo, doadores, fornecedores, utentes, voluntários e outros *stakeholders*. Todos devem ter acesso à informação sobre a origem e destino dos recursos recebidos, as metas, o desempenho, os riscos envolvidos.

Partindo do princípio de que as entidades do terceiro setor correspondem a um espaço de atuação das instituições da sociedade civil organizada e que têm como finalidade o bem comum, percebe-se a extrema necessidade de melhorar a fiabilidade e a transparência das demonstrações financeiras (Souza et al., 2012; Filho & Milani, 2011). Neste sentido a contabilidade impõe-se como uma ferramenta indispensável no processo de transparência das organizações do terceiro setor.

Angola não apresenta o mercado de capitais desenvolvido e as demonstrações financeiras a apresentar ao utilizador obedecem às normas contabilísticas nacionais. O Organismo regulador é o Banco Nacional de Angola e as instituições do setor financeiro é o primeiro em Angola a apresentar as suas demonstrações financeiras de acordo com as IFRS a partir de 1 de janeiro de 2017. A legislação em Angola (Decreto-Lei nº 82/01 de 16 de Março¹) determina as demonstrações financeiras obrigatórias para as entidades do terceiro setor e aponta o reconhecimento, os registos contabilísticos, as demonstrações financeiras, e a divulgação. Assim, um conjunto completo de demonstrações financeiras a apresentar para utilizador é composto por:

1. Balanço;
2. Demonstração de resultados (por natureza ou por funções);
3. Demonstração dos fluxos de caixa (encontra-se temporariamente suspensa nos termos do Decreto 82/01); e
4. Notas.

As demonstrações financeiras podem ainda incluir mapas suplementares e informação baseada em tais demonstrações ou derivada delas, e que se espera que seja lida conjuntamente com elas. Tais mapas e informações suplementares podem tratar, por exemplo, de informação financeira de segmentos industriais e geográficos e de divulgações acerca dos efeitos das variações de preços. Adicionalmente, as demonstrações financeiras em Angola não incluem elementos preparados pelo órgão de gestão, tais como relatórios, exposições, debate e análise e elementos similares que possam ser incluídos num relatório financeiro anual.

O objetivo das demonstrações financeiras é o de proporcionar informação acerca da posição financeira, desempenho e das alterações na posição financeira de uma entidade. As demonstrações financeiras preparadas com esta finalidade vão ao encontro das necessidades dos utilizadores e influenciam no processo de tomadas de decisão. Assim, as demonstrações financeiras fornecem informação diferenciada em função do interesse de cada utilizador. Oliveira et al. (2010) destacam que, uma vez que as demonstrações financeiras são a forma privilegiada de informar os interessados acerca da posição económica e financeira das entidades económicas, é normal que as mesmas sejam objeto de preocupação constante sobre a forma como devem ser preparadas.

Este enquadramento teórico pretendeu deter a amplitude necessária para cruzar diferentes perspetivas e preocupações e consideramos que seria importante aprofundar este diálogo de forma a estabelecer uma ligação entre problemática de práticas contabilísticas e de gestão e o desenvolvimento económico regional nas entidades do terceiro setor de Angola.

¹ Decreto nº 82/01 de 16 de novembro - Aprova o Plano de Contabilidade Angolano. *Diário da República nº 52, série I*. Conselho de Ministros de Angola, 2001.

3. METODOLOGIA E RECOLHA DE DADOS

3.1. OBJETIVO

O objetivo deste estudo é analisar a relação entre as práticas contabilísticas e de gestão nas organizações do terceiro setor em Angola numa perspetiva que pretende identificar eventuais diferenças regionais. Para o efeito constituiu-se um guião de questionário que contemplou um conjunto amplo de dimensões de inquirição baseado na revisão de literatura.

3.2. PERFIL DA AMOSTRA

Tendo em conta a elevada dimensão do universo a tratar, foram realizados os inquéritos em associações, misericórdias e as organizações não governamentais (ONG) angolanas situadas nas províncias da Huíla, Benguela, Huambo e Namibe. Dada a dimensão do país, não dispúnhamos de meios humanos e materiais para cobrir todo o país. Assim seleccionámos as regiões atendendo à raridade de estudos realizados nesses territórios. A amostra das instituições foi selecionada por conveniência. Foram recolhidos 76 questionários, entre dezembro de 2015 e março de 2016. Por regiões de Angola, foram recolhidos 31 questionários em Huíla, 20 em Benguela, 15 em Huambo, e 10 em Namibe, tendo-se obtido 63 respostas válidas.

De seguida apresenta-se uma breve caracterização dos contextos sócio territoriais das quatro províncias do estudo.² A Huíla é uma província com uma área de 79,023km², localiza-se no sudoeste do país. A província tem 14 municípios e cerca de 2.354.398 habitantes, o que representa aproximadamente 10% do total nacional de 2.4383.301 pessoas. É a segunda província com mais população em Angola, depois de Luanda. Desta população 67,9% dos habitantes com mais de 15 anos era alfabetizada. Em termos de habitação uma esmagadora maioria (97,5%) da população vivia em habitações com materiais inapropriados para habitação. Em termos de saneamento apenas 46% da população usava o saneamento apropriado e apenas 31,7% da população tinha acesso a eletricidade da rede.

Benguela é uma província da região central e oeste de Angola com uma área de 39.827 km², localiza-se a 692 quilómetros da capital nacional, Luanda. A província tem 10 municípios e uma população de 2.036.662 pessoas, o que representa aproximadamente 8% do total nacional, é a terceira província com mais habitantes em Angola. Desta população 60,5% de pessoas com mais de 15 anos era alfabetizada. Em termos de habitação 79,1% da população vivia em habitações com materiais inapropriados para habitação. 46% da população tinha acesso a água potável, em termos de saneamento só 34,8% da população usava o saneamento apropriado, uma percentagem muito reduzida de apenas 29,4% tinha acesso a eletricidade da rede.

Huambo é uma província com uma área de 34,270 km², é uma das províncias geograficamente menores de Angola e está situado na Região Central do país. A província tem 11 municípios e com uma população de 1.896.147 pessoas, aproximadamente 8% do total nacional de 2.4383.301 pessoas. Apenas 60,5% da população com mais de 15 anos era alfabetizada. Em termos de habitação, quase que na sua totalidade (97,6%) da população vivia em habitações com materiais inapropriados para habitação. 38,6% da população tinha acesso a água potável, em termos de saneamento 79% da população usava o saneamento apropriado, mas apenas 14,5% tinha acesso a eletricidade da rede.

O Namibe é uma província com uma área de 57,091km², situa-se no litoral sul de Angola. A província tem 5 municípios e com uma população de 471.613 pessoas, o que representa aproximadamente 1,9% do total nacional. Apenas 53,6% da população com mais de 15 anos era alfabetizada. Em termos de habitação, tal como nas outras províncias a sua grande maioria (87,8%) da população vivia em habitações com materiais inapropriados para habitação. Segundo os dados, apenas 43,5% da população tinha acesso a água potável, em termos de saneamento uma pequena percentagem da população (26,7%) da população usava o saneamento apropriado e apenas 32,1% tinha acesso a eletricidade da rede. E acordo com a informação apresentada, as províncias diferenciam-se, de acordo com a sua dimensão física, sendo que a Huíla, é uma província que demonstra um maior desenvolvimento de escolaridade e local de residência,

² Dados do Instituto Nacional de Estatísticas de Angola de 2015.

comparando com as outras. A província Namibe tem uma dimensão mais pequena e demonstra o nível de desenvolvimento inferior às outras.

3.3. METODOLOGIA

O presente estudo tem o carácter exploratório, dado que os estudos sobre esta temática aplicados a Angola são escassos ou praticamente inexistentes. Fez-se um estudo com o levantamento de dados primários que incluiu a aplicação de um questionário Anexo 1. O questionário foi sujeito a um pré-teste de validação por uma organização do terceiro setor, tendo sido adaptado em função das sugestões recolhidas. Os dados recolhidos foram tratados estatisticamente através de técnicas de análise de dados de estatística descritiva e inferencial.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esta secção apresenta os principais resultados da recolha de dados. A Tabela 1 caracteriza os dados organizacionais por província, nomeadamente o tipo de organização, atividade desenvolvida e experiência da organização. Para melhor compreensão e análise dos resultados numa perspetiva regional, optou-se por criar três painéis para apresentação dos resultados desagregados por província (Panel A- Dados por tipo de organização; Panel B- Dados por tipo de atividade desenvolvida; e, Panel C - experiência da organização).

TABELA 1 – Dados organizacionais desagregados por província

	Huíla	Benguela	Huambo	Namibe	Total, N°	Total, %
Panel A: Dados por tipo de organização						
Associações sem fins lucrativos	11	10	5	2	28	44
Cooperativa - IPSS	3	1	0	0	4	6
Fundação – Assoc.	2	1	0	0	3	5
IPSS (Miser.)	2	3	3	1	9	14
ONG - IPSS	6	3	1	3	13	21
Outro - IPSS	1	0	3	2	6	10
Total	25	18	12	8	63	100
Panel B: Dados por tipo de atividade desenvolvida						
Cultura e recreação	9	7	2	1	19	30
Assistência social	4	6	4	2	16	25
Saúde e bem estar	4	2	2	2	10	16
Educação e pesquisa	2	1	1	1	5	8
Comércio e serviços	1	0	1	1	3	5
Atividades financeiras	2	0	1	0	3	5
Organizações profissionais e sindicais	1	1	0	0	2	3
Outras	2	1	1	1	5	8
Total	25	18	12	8	63	100
Panel C: Experiência da organização						
< 5 anos	8	5	5	3	21	33
6-10	8	3	0	0	11	18
11-20	5	6	5	2	18	28
> 20 anos	4	4	2	3	13	21
Total	25	18	12	8	63	100

Fonte: Autores

A Tabela 1, Painel A apresenta as estatísticas descritivas da distribuição das organizações por tipo nas quatro províncias selecionadas para o estudo. Os resultados revelam que a maioria das organizações, na totalidade das inquiridas são associações (44,0%), seguindo-se depois as ONG (21%) as Misericórdias (14%), outros (10%), as Cooperativas (6%), e por fim as Fundações (6%). A maior parte das associações

e fundações se situam em províncias Huíla e Benguela, enquanto as ONG estão repartidas por Huíla, Benguela e Namibe.

O Paineil B da Tabela 1 apresenta os dados de tipo de atividades. Os dados apresentam que, em geral, 30% são da área de cultura e recreação, 25% assistência social, 16% saúde e bem-estar, 8% educação e pesquisa e 8% outras atividades. O grupo de outras atividades incorporam os direitos humanos, a assistência religiosa e outras atividades não classificadas. A atividade de cultura e recreação, saúde e bem estar, educação e pesquisa é predominante em Huíla, enquanto que, a atividade de assistência social domina a província Benguela.

O tempo de existência de uma organização revela-se pela sua experiência. O Paineil C da Tabela 1 representa os resultados obtidos por intervalos de 5 anos. A maioria das organizações inquiridas é relativamente recente e funciona há menos de 5 anos (33,3%), entre os 11 e os 20 anos representam 28%, as organizações que funcionam há de mais de 20 anos representam 21% das inquiridas, e, por último, com 18,7% estão as organizações que estão a funcionar entre 6 a 10 anos. As organizações com menos de 5 anos predominam em Huíla, enquanto as organizações com mais de 20 anos estão distribuídos por todas as províncias.

Este estudo exploratório tem como objetivo analisar a relação entre as práticas contabilísticas e de gestão nas organizações do terceiro setor em Angola atendendo às diferenças regionais. Para o efeito, foi realizado o teste qui-quadrado Pearson para analisar as correlações entre o tipo de organização e a utilização de instrumentos contabilísticos e de gestão, considerando as regiões do estudo. A Tabela 2 apresenta os resultados obtidos por cada região.

TABELA 2 – Teste das médias

Cruzamento de variáveis	Huíla	Benguela	Huambo	Namibe	Total (Pearson Qui-quadrado)
Relação entre o tipo de organização e a utilização de planeamento operacional.	0,082*	0,057*	0,073*	0,098*	0,069*
Relação entre o tipo da organização e a utilização de orçamentos.	0,072*	0,044**	0,067*	0,103	0,076*
Relação entre o tipo da organização e a contabilidade organizada.	0,056*	0,083*	0,146	0,290	0,064*
Relação entre o tipo da organização e elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.	0,040*	0,076**	0,094*	0,189	0,043**
Relação entre o tipo da organização e elaboração e divulgação de relatório de gestão/atividades.	0,011	0,067*	0,089	0,028	0,186
Relação entre o tipo da organização e a origem dos recursos obtidos para atividade.	0,003**	0,000***	0,046**	0,002*	0,003**

*Valores significativos a 10%; **Valores significativos a 5%; ***Valores significativos a 10%.

Fonte: Autores

Relativamente à questão de relação entre o tipo da organização e a utilização de planos, os resultados obtidos demonstram no total, e, por cada província, uma relação significativa a 10% entre o tipo da organização e a utilização de planeamentos operacionais. Os resultados adicionais demonstram que as misericórdias são aquelas que fazem menos o planeamento da parte financeira e institucional quando comparadas com as associações e com as ONG (88,9% vs 44,4% e 53,8%). De facto, o planeamento consiste em delinear o objetivo de uma determinada organização, traçando as suas estratégias e identificando os pontos fortes e fracos. Em geral, os resultados indicam que as organizações em cada

provincia constituem os seus planos operacionais para proceder com as suas determinadas atividades para resolução dos problemas sociais.

Relativamente à questão de relação entre o tipo da organização e a utilização de orçamentos, os resultados obtidos demonstram no total uma relação positiva e significativa a 10%. Pelas regiões, os resultados demonstram uma relação significativa a 10% para Huíla e Huambo e a 5% para Benguela. A relação indica que o tipo da organização em geral, e em regiões Huíla, Huambo e Benguela depende da utilização dos orçamentos. Em concreto, os resultados por tipo da organização demonstram que as associações são aquelas que fazem mais e utilizam orçamentos para projetos, comparando com as restantes das organizações (33,3% vs 12,5% e 0,0%).

No que concerne à questão sobre o tipo da organização e a contabilidade organizada, os resultados obtidos demonstram no total uma relação positiva e significativa a 10%. Por regiões, os resultados indicam uma relação significativa a 10% para Huíla e Benguela. Os resultados indicam que a contabilidade organizada predomina em geral, e em regiões Huíla e Benguela, e nas organizações como associações (88,9%).

Relativamente à questão sobre a relação entre o tipo da organização e a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras, os resultados obtidos demonstram no total uma relação positiva e significativa a 5%. Por regiões, os resultados indicam uma relação significativa a 5% para Benguela e a 10% para Huíla e Benguela. Os resultados indicam que a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras tem a percentagem mais elevada nas associações e ONG (97,0% vs 60,5%) em comparação com as misericórdias. Apresentação das contas aos utilizadores da infirmação financeira, neste caso, maioritariamente ao Estado, doadores, colaboradores e financiadores demonstra a transparência das organizações. A divulgação das demonstrações financeiras faz parte da resposta aqueles que auxiliam a manutenção e continuidade das entidades.

A questão relativamente à relação entre o tipo da organização e elaboração e divulgação de relatório de gestão/atividades, os resultados obtidos demonstram que na totalidade, não existe a relação estatisticamente significativa. Contudo, a análise por regiões constata uma relação significativa a 10% para Huíla e Benguela. Por tipo das organizações, os resultados indicam que a publicação de relatório de gestão/atividades é mais elevada nas ONG e mais baixa nas associações (92,3% vs 74,1%). Os resultados obtidos indicam que as organizações não governamentais têm maior necessidade em demonstrar aos utilizadores o trabalho desenvolvido para com sociedade. A informação contida no relatório de gestão pode ser uma importante fonte de recursos para auxiliar a sua manutenção e continuidade.

Por fim, a última questão prende-se com o estabelecimento da relação entre o tipo da organização e a origem de recursos obtidos. Na totalidade e por regiões, os resultados indicam uma relação significativa a 1% para Benguela, a 5% para Huíla e Huambo e a 10% para Namibe. Os resultados indicam que os recursos próprios são mais recorrentes nas misericórdias e mais baixos nas associações (66,7% vs 48,1%). Em geral, os resultados demonstram que existe uma relação significativa entre o tipo da organização e origem de recursos obtidos em cada região analisada.

5. CONCLUSÕES

As grandes e rápidas mudanças que as sociedades têm sofrido tanto a nível económico, social, político, e, assim como, a nível cultural têm afetado os indivíduos e as organizações, neste contexto as organizações do terceiro setor assumem um papel cada vez mais relevante colmatando necessidades não cobertas pelo Estado. Este cenário assume particular ênfase no contexto dos países menos desenvolvidos, como é o caso de Angola. Adicionalmente, face ao papel desempenhado por estas organizações exige que estas tenham uma gestão profissional e respeitem os normativos contabilísticos dando assim credibilidade e assegurando a transparência da sua atuação.

Os utilizadores da informação financeira estão interessados em saber como, e, em que projetos são aplicados os recursos que doam às organizações do terceiro setor. Assim, a elaboração das demonstrações financeiras é necessária para manter a confiança de que os recursos atribuídos a estas organizações estão a ser bem utilizados e com transparência através do desenvolvimento de atividades que contribuem para o bem-estar da sociedade. É neste contexto de problematização que se enquadra o presente estudo,

analisando a relação entre as práticas contabilísticas e de gestão nas organizações do terceiro setor em Angola num contexto regional.

Através dos dados recolhidos através de um inquérito por questionário, realizado a 63 organizações do terceiro setor em 2015/2016, o estudo estabelece uma relação entre o tipo de organização e as diferentes práticas contabilísticas e de gestão, tendo por base contextos socio-territoriais das quatro províncias de Angola. A maioria das organizações, na totalidade das inquiridas são associações, seguindo-se depois as ONG, sendo maioritariamente das áreas da cultura/recreação e assistência social. A atividade de cultura e recreação, saúde e bem-estar, educação e pesquisa é predominante em Huíla, enquanto que, a atividade de assistência social domina a província Benguela. Estas diferenças podem estar associadas a diferentes níveis de desenvolvimento regional e indiciam diferentes carências regionais consoante o território de localização. A maior parte das associações e fundações situam-se nas províncias Huíla e Benguela, enquanto as ONG estão repartidas por Huíla, Benguela e Namibe. Será ainda de comentar a juventude destas organizações, sendo a maioria relativamente recente, ou seja, funciona há menos de 5 anos (33,3%), entre os 11 e os 20 anos representam 28%. O que pode indiciar a relação entre o peso da economia informal e a recente reorganização do país após o final da guerra.

Os resultados do estudo identificam uma relação significativa entre o tipo de organização e a utilização dos orçamentos contabilísticos, a utilização dos planos operacionais, a elaboração das demonstrações financeiras e o tipo de financiamento obtido. Adicionalmente, os resultados demonstram que a maior parte das organizações reconhecem a importância da contabilidade, e efetuam a escrituração contabilística das suas transações, bem como divulgam a informação financeira às partes interessadas. Do ponto de vista das diferenças regionais entre organizações das quatro regiões estudadas existem alguns pontos relevantes a registar.

Este estudo pelo seu carácter exploratório apresenta algumas limitações, nomeadamente em termos de dimensão da amostra e possibilidade de generalizar os resultados. Porém, face ao seu carácter pioneiro, devido à inexistência de estudos empíricos aplicados a estas regiões pode contribuir para apontar linhas para investigação futura, pretendendo-se dar seguimento a esta investigação, alargando a amostra para outras regiões e alargamento do número de organizações inquiridas.

6. BIBLIOGRAFIA

- Albuquerque, A. C. (2006). Terceiro Setor: história e gestão de organizações, São Paulo, Summus.
- Andrade, Manuel A. & Franco Raquel C. (2007). Economia do Conhecimento e Organizações Sem Fins Lucrativos, Porto, Sociedade Portuguesa de Inovação.
- Decreto-Lei nº 82/01 de 16 de Março. Aprova o Plano Geral de Contabilidade. Angola.
- Filho, M. & Milani, A. (2011). Governança no Terceiro Setor: estudo sobre uma organização francesa do século XIX, Revista Eletrónica de Ciências, 10(1), 32-46.
- Jensen, S. K. & Paulo, F. M. (2011). Reformas ao processo orçamental e gestão das finanças públicas de Angola. A crise foi um sinal de alarme?, CMI.
- Lee, M. (2004). Public reporting: A neglected aspect of nonprofit accountability. *Nonprofit Management and Leadership*, 15(2), 169–185.
- McCarthy, J. (2007). The ingredients of financial transparency. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 36(1), 156–164.
- Milbourne, L. & Cushman, M. (2012). From the third sector to the big society: how changing UK Government policies have eroded third sector trust, *Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organisations*, 4, 485-508.
- Oliveira, H. & Sousa, B. ; Teixeira, A. (2010). O Modelo das Demonstrações Financeiras de Acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), *Revista Universo Contábil*, 6 (2) ., 101-120.
- Parker, L. D. (2007). Financial and external reporting research: The broadening corporate governance challenge. *Accounting and Business Research*, 37(1), 39–54.
- Quintão, C. (2004). Empresas de Inserção e renovação do terceiro setor – notas em torno das problemáticas e desafios no contexto da União Europeia, Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Instituto de Sociologia.
- Rees, J., & Dixon, B. R. (1983). *Accounting for non-profit organisations*. Wellington: New Zealand Institute of Chartered Accountants.

Salamon, L. M. & Anheier, H. K. (1997). Defining the nonprofit sector: A cross national analysis. Manchester University Press. Disponível em: http://ccss.jhu.edu/wp-content/uploads/downloads/2011/11/BOOK_Defining-Cross-national_1997.pdf (acedido em janeiro 2017)

Samkin, G., & Schneider, A. (2010). Accountability, narrative reporting and legitimation. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 23(2), 256–289.

Sinclair, R. & Bolt, R. (2013). Third Sector Accounting Standard Setting: Do Third Sector Stakeholders Have Voice?, *Voluntas*, 24, 760-784.

Souza, S.; Júnior, C. & Albuquerque, K. (2012). Auditoria externa em organizações do Terceiro Setor: um estudo da percepção de contadores e não contadores, *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, UNEB, Salvador, 2(2), 47-60.

Taylor, M. & Taylor, A. (2014). Performance measurement in the Third Sector: the development of a stakeholder-focussed research agenda, *Production Planning & Control*, 25(16), 1370-1385.

Voese, S. & Reptczuk, R. (2011). Características e Peculiaridades das Entidades do Terceiro Setor, *ConTexto*, Porto Alegre, 11(19), 31-42.

Word Bank. (2010). *Doing Business 2011: Making a Difference for Entrepreneurs - Angola, US*.